



ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL TANCREDO NEVES
RUA DA PAZ, N.º 146, BAIRRO: JARDIM PLANALTO
NOVO PROGRESSO ESTADO: PARÁ - CEP: 68193-000
ATO DE AUTORIZAÇÃO OU RECONHECIMENTO: N.º 021/99 C.E.E. – PA
GESTORA: MARIA DO SOCORRO DE OLIVEIRA RECHIA
VICE-GESTORA: DAILZA DO CARMO SILVEIRO DA COSTA
COORDENADOR (AS): FRANCILENE DOS SANTOS OLIVEIRA – DIANNY SABRINE DE
OLIVEIRA CAVALHEIRO - MANOEL CARLOS COHEN DA MOTA
SECRETÁRIA – FRANCISCA PAULA DE OLIVIERA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP



NOVO PROGRESSO/PA

2024/2025

Rua da Paz, nº 146, bairro Jardim Planalto – tancredoneves07@gmail.com – (93)984275926.

**ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
TANCREDO NEVES**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP

Projeto Político Pedagógico, reconstruído
pela comunidade interna e externa, para evidenciar a
“Identidade da Escola” M.E.I.E.F. TANCREDO
NEVES.

**NOVO PROGRESSO/PA
2024/2025**

SUMÁRIO

1. MODALIDADE DE ENSINO, ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	05
2. QUADRO DO CORPO ADMINISTRATIVO E TÉCNICO.....	07
3. APRESENTAÇÃO	07
4. MISSÃO, VISÃO E VALORES	08
4.1 Missão.....	09
4.2 Visão.....	09
4.3 Valores.....	09
5. JUSTIFICATIVA.....	09
6. OBJETIVO GERAL	11
7. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
8. PROPOSTAS PEDAGÓGICAS.....	12
9. PROPOSTA DE RELAÇÕES HUMANAS E CONVIVÊNCIA: Respeito ao Luto na Comunidade Escolar.....	17
10. FUNÇÕES E COMPOSIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR.....	18
10.1 Direção escolar.....	18
10.2 Secretária escolar	18
10.3 Apoio Operacional.....	19
10.4 Coordenação Pedagógica.....	19
10.5 Professores.....	20
11. CONSELHO DE CLASSE.....	21
12. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	21
13. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE.....	22
14. AMBIENTE PEDAGÓGICO.....	22
15. QUADRO DOCENTE E APOIO OPERACIONAL.....	23
15.1 Quadro Docente.....	23
15.2 Quadro de apoio operacional.....	25
16. DIREITO DA CRIANÇA/ADOLESCENTE/JOVEM.....	25
17. CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS.....	26
18. RELAÇÃO ÉTNICA-RACIAL: CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS, CULTURA E HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA.....	27

19. EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	28
20. PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS.....	29
21. GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL.....	30
22. COMBATE A VIOLÊNCIA.....	30
23. INCLUSÃO SOCIAL.....	30
24. SALA DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO (AEE).....	31
25. LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E CRENÇA.....	31
26. MARCOS REFERENCIAIS.....	32
27. MARCO CONCEITUAL	33
28. MARCO LEGAL.....	38
29. MARCO SITUACIONAL	42
30. PROCESSO DE RECUPERAÇÃO.....	44
31. MARCO OPERACIONAL.....	46
32. PROPOSTA DE PREVENÇÃO E COMBATE A EVASÃO ESCOLAR.....	47
33. PROPOSTA DE TRANSIÇÃO.....	48
34. INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA.....	48
35. ESTUDO DE CASO.....	48
36. AVALIAÇÃO DO PPP.....	48
37. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
38. REFERENCIAS	50
39. ANEXOS	54
40. PROJETOS DESENVOLVIDOS	55
41. ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS	56

1. MODALIDADE DE ENSINO, ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Tancredo Neves fica localizada na Rua da Paz, nº 146, Bairro Jardim Planalto no Município de Novo Progresso no Estado do Pará, é uma instituição pública criada pela autorização de funcionamento de nº 021/99 C.E.E. – PA, funciona em prédio. Código do INEP: 15549208, Mantenedora: Secretaria Municipal de Educação. Secretária Municipal de Educação: Ires Melman. Turnos de Funcionamento: Matutino, vespertino e noturno. Modalidade de Ensino: Educação Infantil (4 e 5 Anos) e Ensino Fundamental Anos Iniciais, Anos Finais e EJA (Educação de Jovens e adultos).

A escola possui Metragem total do imóvel: 7.200 M² e Metragem total da área construída: 3.547,48 M². 01 sala de educação especializada (AEE); 17 salas de aulas; laboratório; 01 auditório; 01 cantina; 01 copa; 01 sala de instrumentos e esportes; recepção; 01 sala de coordenação de 6º ao 9º anos; 01 sala de coordenação de 1º ao 5º anos; 01 sala de direção; 01 sala de professores; 01 biblioteca, acervo = 2.700; 01 sala de estudo coletivo; 01 sala técn. Informática; 01 secretaria acadêmica; 02 vestiários; 20 sanitários; 01 sanitário p.n.e.; 02 vestiários p.n.e.; áreas de conveniência; 04 áreas de circulação e esportiva; 01 área conveniência coberta.

A escola conta com total de alunos por turmas e turnos, 42 turmas. No Ensino fundamental - I 4º ao 5º anos, Também trabalha com o Ensino fundamental - II do 6º ao 9º ano; no AEE são 15 alunos atendidos de matutino e 16 alunos atendidos no período vespertino e na EJA noturno. Total de alunos na escola em 2024 é de 1.256 alunos ativos.

Os horários de funcionamento da escola são: **Matutino:** das 7:00 às 11:35 – segunda-feira a quinta-feira – sexta-feira: 07:00 às 11:00, **Vespertino:** das: 13:00 às 17:35 – segunda-feira a quinta-feira.- Sexta-feira: 13:00 às 17:00, **Noturno:** 19:00 às 22:00.

Regimento Escolar e Estrutura Curricular Unificados para a Rede Municipal de Ensino de Novo Progresso/PA, sob a Resolução Nº 299 de 04 de novembro de 2010.

Documento Curricular de Educação Infantil e de Ensino Fundamental de Novo Progresso/PA, aprovado pelo Parecer nº 91/2022 – CEE/PA e a Resolução Nº 80 de 30 de Março de 2022.

A referida escola está totalmente acessível, porém alguns reparos que há, já foi solicitado juntamente a Secretaria de Educação para serem providenciados. Atualmente a instituição trabalha de acordo com as orientações propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, que define a Educação Infantil desta forma: “Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional” (BRASIL, 2017, p. 36).

Instancias colegiadas:

O **Conselho Escolar** é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de natureza deliberativa, consultiva e avaliativa, sobre a organização e a realização do trabalho pedagógico da instituição escolar e conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da MEC/CEE/SEMED, para o cumprimento da função social e específica da escola.

O Conselho Escolar tem por finalidade promover a articulação entre os vários segmentos organizados da sociedade e a escola, a fim de garantir a eficiência e a qualidade do seu funcionamento.

O Conselho Escolar é formado por representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar, que são eleitos pelos seus pares. Entre os membros do Conselho, geralmente encontramos professores, funcionários da escola, estudantes, pais ou responsáveis, membros da comunidade local e o diretor da instituição, este realiza reuniões periódicas, nas quais são discutidos e deliberados diversos assuntos, como a aprovação do plano de ação da escola, análise do orçamento, avaliação das políticas educacionais, entre outros temas relevantes para o funcionamento da instituição.

VIGÊNCIA: 2023 a 2025.

PRESIDENTE: Diretora Escolar - Maria do Socorro de Oliveira Rechia.

VICE-PRESIDENTE: Professora Lindones Fedrigo.

SECRETÁRIA: Francisca Paula de Oliveira

SEGUNDA SECRETÁRIA: Mãe - Aquemi Costa Silva

TESOUREIRA: Segmento Apoio - Ducileia Silva Costa

COMISSÃO FISCAL: Presidente – Professora Regiane Schappo

1º FISCAL: Mãe - Maria Alene Rolley Feitosa

2º FISCAL: Aluna – Emilly Vocz Domingues

3º FISCAL: Aluno – Carlos Eduardo Rego Neri Caetano

4º FISCAL: Segmento Apoio - Adelma Jansen Lopes

2. QUADRO DO CORPO ADMINISTRATIVO E TÉCNICO

PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	NOME	HABILITAÇÃO
Gestora	Maria do Socorro de Oliveira Rechia	Licenciatura em Pedagogia/Artes Mestra e Doutora em Ciências da Educação.
Vice-diretor	Dailza do Carmo Silverio da Costa	Pedagogia.
Biblioteca	Dalva Avelar Magalhães	Pedagogia /Pós-graduação.
Orientador pedagógico.	Manoel Carlos Cohen Mota	Pedagogia – Hab. Coordenação Pedagógica.
Coordenador Pedagógico	Dianny Sabrine de Oliveira Cavalheiro	Pedagogia/Letra/Pós-graduação.
Coordenador Pedagógico	Francilene dos Santos Oliveira	Pedagogia /Pós-graduação.
Secretária	Francisca Paula de Oliveira	Pedagoga Secret. Escolar
Psicólogo	Silvana Maria Lima Vanzele	Psicologia/Pós-graduação
Técnico AEE	Elisangela Nogueira da Mota	Pedagogia Pós-Graduação.

3. APRESENTAÇÃO

“O homem, como um ser histórico, inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber.” Paulo Freire

Em concordância com a LDB, Lei Nº 9394/96, que prevê em seu art. 12, inciso I, que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”, a Escola Tancredo Neves, entende que este preceito legal sustenta a ideia de que uma das principais tarefas da escola é a reflexão sobre sua intencionalidade educativa. Alicerçando o trabalho pedagógico escolar enquanto processo de construção contínua que nunca está pronto e acabado.

Fundamenta as transformações internas da organização escolar e explicita suas relações com as transformações mais amplas (econômica, social, política, educacional e cultural). É o anúncio do que foi sonhado coletivamente e que pode passar do sonho à ação, através do trabalho em equipe, pois, fazer da educação um instrumento amplo de luta pelos direitos da cidadania e da emancipação social, bem como, fazer da escola uma unidade de conhecimentos, articulados aos reais interesses da maioria da população brasileira e centro de decisão sobre o que é mais importante para todos, é missão essencial desta instituição. Neste sentido, admitir a necessidade de transformar as práticas educativas, bem como atuar coerentemente com a legislação educacional requer clareza teórica e política na organização do trabalho pedagógico.

A reelaboração desse Projeto Político Pedagógico foi uma tarefa que envolveu todos os componentes da escola, numa ação coletiva e dialógica, sempre pautados pelos cuidados necessários no sentido de resguardar as legislações pertinentes ao sistema educacional, bem como da inserção documental da BNCC – Base Nacional Comum Curricular como documento direcionador dos planejamentos e das práticas pedagógicas escolares da Escola Municipal Tancredo Neves, de forma articulada, contextualizada e coerente com o currículo local.

4. MISSÃO, VISÃO E VALORES.

Sabe-se que a humanidade vive hoje um momento de desenvolvimento acelerado e nossos educandos convivem numa sociedade em constantes mudanças, não podendo, portanto, serem submetidas a uma ação educativa estagnada no tempo e no espaço. Cientes de que a educação da criança e do adolescente exerce grande influência na formação do indivíduo e acreditando numa educação para a cidadania,

que tenha em vista a qualidade de formação do ser humano, projetamos um Ensino Infantil e Fundamental voltado para o desenvolvimento do indivíduo na sua totalidade. Este possui uma identidade própria e exige uma educação que contemple o ser que é neste momento.

4.1 MISSÃO

Promover qualidade de ensino, desenvolvendo competências e habilidades socioafetivas e socioemocionais de forma integral de suas potencialidades possibilitando aos educandos à compreensão de mundo em que vivem considerando o contexto sócio -cultural dos educandos, como base, para o processo de ensino e aprendizagem.

4.2 VISÃO

Seremos uma escola onde a parceria entre todos os membros que a compõem e a comunidade será indispensável para melhorar os serviços oferecidos e incentivar a participação na comunidade para que aconteça a gestão democrática no processo educativo dos educandos, trazendo assim educação de qualidade.

4.3 VALORES

O foco é desenvolver a integridade contínua, respeito em todas as totalidades, aprimorar o desenvolvimento global em todas as esferas educacionais e sociais, fortalecer nossa cultura bem como compreendê-la e defendê-la.

5. JUSTIFICATIVA

A Escola Tancredo Neves tem como parâmetro norteador e justificativa para este projeto, atender o disposto na legislação Nacional - LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei N.º 9394/96 e suas atualizações) e na BNCC – Base Nacional Comum Curricular, Resoluções do Conselho Estadual e Municipal de Educação, ministrando a Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e da Educação de Jovens e Adultos, observando todas as normas vigentes.

Temos a finalidade de atender os educandos oriundos da cidade de Novo Progresso/PA e adjacências matriculados nesse Estabelecimento de Ensino, pais ou

responsáveis pelos alunos matriculados, Conselho e comunidade escolar no geral, e para isto contamos com professores e funcionários que detêm vínculo trabalhista com esta Unidade Escolar, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), e em disponibilidade com outros órgãos.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina que a Educação Infantil é obrigatória e o Ensino Fundamental são prioridades no atendimento escolar, justificando seu caráter obrigatório e gratuito, inclusive para as pessoas que não tiveram acesso à escolarização em idade própria e constitui-se, portanto, em um direito público subjetivo. Público na medida em que a sua oferta não se restringe ao interesse individual, mas de toda sociedade; e subjetivo porque todo cidadão individual ou coletivamente tem direito de exigir do município sua oferta.

Conforme o disposto na BNCC – Base Nacional Comum Curricular, o Ensino Fundamental, com nove anos de duração, é a etapa mais longa da Educação Básica, atendendo estudantes entre 6 e 14 anos. Há, portanto, crianças e adolescentes que, ao longo desse período, passam por uma série de mudanças relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais, entre outros. Como já indicado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos (Resolução CNE/CEB nº 7/2010), essas mudanças impõem desafios à elaboração de currículos para essa etapa de escolarização, de modo a superar as rupturas que ocorrem na passagem não somente entre as etapas da Educação Básica, mas também entre as duas fases do Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Anos Finais.

A BNCC do **Ensino Fundamental – Anos Iniciais**, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária **articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil**. Tal articulação precisa prever tanto a **progressiva sistematização** dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas **formas de relação** com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos.

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. Como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, “os

conteúdos dos diversos componentes curriculares [...], ao descortinarem às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo” (BRASIL, 2010).

Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a progressão do conhecimento ocorre pela **consolidação das aprendizagens anteriores** e pela **ampliação das práticas** de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender. Ampliam-se a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social, o que lhes possibilita lidar com sistemas mais amplos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente. Realizar as necessárias adaptações e articulações, tanto no 5º quanto no 6º ano, para apoiar os alunos nesse processo de transição, pode **evitar ruptura no processo de aprendizagem**, garantindo-lhes maiores condições de sucesso.

Estas reflexões justificam-se a reelaboração deste Projeto Político Pedagógico onde, o educando, suas necessidades, sua individualidade, seu percurso de aprendizagem, é o centro e foco do processo pedagógico do conhecimento.

6. OBJETIVO GERAL

A escola tem objetivo buscar um ensino de qualidade, formar cidadãos capazes de interferir criticamente na realidade para transformá-la, deve também contemplar o desenvolvimento de capacidade que possibilitem adaptações às complexas condições e alterações e alternativas de trabalho que temos hoje, lidar com rapidez na produção e na circulação de novos conhecimentos e informações.

7. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Resgatar a intencionalidade da ação educativa;
- ✓ Superar o caráter fragmentado das práticas em educação;
- ✓ Racionalizar os esforços e recursos para atingir os fins do processo educacional;
- ✓ Superar as imposições ou disputas de vontades individuais;

- ✓ Organizar o trabalho educativo com todos os sujeitos do processo;
- ✓ Gerar esperança, solidariedade e a parceria;
- ✓ Fortalecer o grupo para enfrentar conflitos e contradições;
- ✓ Construir a participação de todos na gestão democrática;
- ✓ Desenvolver a autonomia da escola;
- ✓ Estabelecer parcerias com a comunidade para promover exercícios cidadão da comunidade escolar;
- ✓ Questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação;
- ✓ Garantir acolhimento, e aprendizagem significativa, melhorando progressivamente os índices escolares a cada ano.

8. PROPOSTAS PEDAGÓGICAS

O Projeto político Pedagógico desta Escola visa contribuir para a formação de seres críticos, participativos e criativos, favorecendo a reflexão, a criatividade e a troca ampla e aberta de experiências, através das várias linguagens do ser humano, desenvolvendo um processo em que os alunos percebam as mudanças em si mesmos e no meio em que vivem.

As metas aqui propostas se efetivarão em parceria com toda a comunidade escolar, seja, pais, alunos, professores, apoio e demais interessados com o real comprometimento com o bom desenvolvimento e bem estar daqueles que a elaboraram.

Por meio do Projeto Político-Pedagógico (PPP) a Escola Tancredo Neves, está buscando redimensionar e organizar o trabalho pedagógico de cada segmento da escola, que compreende: a diretora, a equipe pedagógica, os docentes, funcionários, alunos, pais e demais pessoas da comunidade escolar.

Diante disso procuramos:

9. Envolver os diversos segmentos no acompanhamento do Projeto Político Pedagógico através de reuniões e encontros bimestrais;
10. Fortalecer o Conselho Escolar;

11. Proporcionar um momento de lazer para todos os funcionários com o objetivo e valorizá-los e motivá-los; (aniversários dos funcionários, dia dos professores, funcionário público, datas comemorativas pertinentes);
12. Envolver todos os funcionários nas atividades da escola; (projetos, feiras, festas culturais, jogos, olimpíadas);
13. Elaborar e aplicar a avaliação pedagógica (coordenação) para os alunos que irão ingressar no Ensino Fundamental de Nove Anos, quando necessário;
14. Estabelecer e incentivar a participação ativa dos professores na elaboração e execução dos projetos (soletrando, meio ambiente, leitura, esporte, feiras de ciências, reforço, drogas, paródia e poesia, etc.) (montar um calendário);
15. Estabelecer troca de experiências de sala de aula em encontros Pedagógicos, com temas pré-estabelecidos, podendo participar professores de outras escolas e por disciplina;
16. Ajudar o educando a identificar o valor e a utilidade do estudo em sua vida por meio de atividades ligadas ao seu cotidiano;
17. Elaborar aulas dinâmicas e estimulantes;
18. Mostrar que a aula é um momento de troca entre todos e saber que o educador não é mais importante que o dele;
19. Valorizar e utilizar os conhecimentos e as habilidades de cada um.
Isso pode mudar o seu planejamento no meio do caminho, mas as aulas vão ficar mais interessantes;
20. Promover entre os colegas o sentimento de grupo. Quando criam vínculos, se sentem estimulados a participar das atividades.
21. Fazer reuniões bimestrais para o acompanhamento do desempenho dos alunos (Conselho de Classe);
22. Organizar a eleição para o líder de classe entre alunos;
23. Escolha entre professores para coordenar os projetos (individual ou coletivo, desde que todos estejam envolvidos em algum projeto, especialmente na feira das ciências);
24. Organizar reuniões bimestrais com os pais para entrega de boletins e demais assuntos referentes ao funcionamento da escola;
25. Agendar reuniões com o professor, coordenador e aluno para tratar assunto referente ao desempenho do referido aluno, na hora atividade de cada professor;

26. Controlar o acesso de pessoas visitantes na escola, passando antes pela direção e coordenação (credenciamento);
27. Proibir o acesso de vendedores em sala de aula;
28. As vendas expostas na escola devem ser pertinentes ao processo de ensino aprendizagem;
29. Entrega de panfletos somente no portão principal, exceto os de punhos educacionais;
30. Promover atividade extraclasse (aula de campo, visitas, etc.);
31. Diminuir a indisciplina (resgatar o respeito entre alunos e deles para com os professores, fazendo um trabalho direcionado ao assunto, nas salas de aula, pela equipe pedagógica);
32. Criar um regimento escolar interno com a participação dos alunos e da comunidade escolar;
33. Promover a avaliação diagnóstica processual que leve em consideração todo o tempo de permanência e atuação do aluno em sala de aula (durante o conselho de classe e em reuniões pedagógicas);
34. Procurar conhecer o aluno (sondagem, histórico familiar, histórico de aprendizagem por disciplina);
35. Buscar o comprometimento e participação dos pais/responsáveis na educação escolar (registro de visita dos pais como respaldo);
36. Apoio pedagógico aos professores (hora atividade do professor, planejamento, material de apoio e sugestões de atividades quando necessário);
37. Articulação do trabalho pedagógico entre disciplina – interdisciplinaridade (projetos, palestras);
38. Departamentos por disciplina ou área de estudo, laboratórios, oficinas (encaminhamento de projetos aos órgãos competentes);
39. Atendimento extraclasse (no caso de alunos que faltam com justificativa nas atividades avaliativas) (montar um modelo de requerimento em duas vias e assinado pelos pais e coordenação, no prazo de 48 horas letivas (dois dias úteis) após a avaliação);
40. Divulgação e participação das decisões dos recursos financeiros, visando também, e primordialmente, as questões pedagógicas, conforme necessidade de aquisição de materiais nas áreas do conhecimento;

41. Elaborar um boletim informativo bimestralmente para divulgar as atividades e o desempenho da escola;
42. Calendário de Reposição de Faltas dos Servidores, conforme o regimento da escola;
43. Monitorar e informar a família dos alunos que apresentam baixo índice de frequência. (equipe pedagógica);
44. O aluno somente poderá ser liberado da escola durante o período de aula, mediante autorização dos pais ou responsáveis (via telefone);
45. Não dispensar o aluno antes do término da aula e após as provas, sem comunicação e permissão da equipe pedagógica;
46. Manter o bom funcionamento dos climatizadores e higienização das salas; Adotar a oferta de reforço para os alunos com dificuldades de aprendizagem (responsabilidade da SEMED);
47. Realizar simulado a fim de preparar o aluno para a Prova Brasil e outros;
48. Promover apresentações culturais a fim de valorizar a cultura local e regional (elaboração de um calendário, ensaios nos contra turnos com envolvimento da comunidade escolar);
49. Realizar encontros com a comunidade escolar a fim de melhorar o relacionamento entre direção, corpo docente e pessoal de apoio da escola;
50. Promover festa junina com intuito cultural (reunião avaliativa e prestação de contas);
51. Realizar reuniões de pais de acordo com as necessidades apresentadas no decorrer do ano letivo, procurando envolvê-los na participação do processo ensino-aprendizagem;
52. Ampliar e conservar o acervo e serviços bibliográficos prestados à comunidade escolar e a integração desse acervo;
53. Oferecer a classificação e reclassificação para alunos inclusive quando se tratar de transferência entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares, as disposições constantes do capítulo próprio presente na Resolução 001/2010;
54. Realizar a organização de turmas, com o objetivo de avaliar melhor o desempenho dos alunos das séries iniciais e ensino fundamental e EJA (Educação de

Jovens e Adultos). (Número de alunos por turma matriculados regularmente conforme legislação, horários adequados conforme carga horária da disciplina);

55.Roupas adequadas para os funcionários da escola (as funcionárias que trabalham na cozinha usarão uniformes no setor);

56.O uniforme do aluno será cobrado, porem o mesmo não poderá deixar de assistir aula por esse motivo. (A escola terá algumas camisetas disponíveis para emprestar ao aluno);

57.Utilizar a hora atividade para elaborar materiais que serão usados durante as aulas para que não seja necessário sair durante o período de aula para isso (manter equipamentos em bom funcionamento e qualquer problema comunicar a coordenação);

58.Manter uma sala com equipamentos para aulas áudio visuais, inclusive o uso da lousa digital (sala disponível com agendamento);

59.Elaborar carteiras de estudantes e buscar parcerias com papelarias (conforme projeto);

60.Criar um livro que conste a entrada e saída de alunos (matriculas e transferências), que sejam registrados e atualizados sempre que necessário. Trabalho que será feito pela secretaria e disponível na sala dos professores;

61.Elaborar uma tabela que determine a nota mínima para provas individuais, com exceção das disciplinas de educação física, artes e ensino religioso;

62.Elaborar um projeto para aplicar em todas as turmas, na área de iniciação do trabalho científico;

63.Participação efetiva com os alunos destaques nos esportes durante a realização do JOENP;

64.Participação nas Olimpíadas: OLITEF, OBMEP. ONEE, OBG, SISPAE;

65.Efetivação e participação no Projeto Aprender Valores;

66.Aprende Brasil e Plataforma Habili;

67.Implantação e inclusão da BNCC Computação de forma efetiva;

68.Formação e preparação para o SAEB do 5º e 9º Ano;

69.Participação efetivas nos programas: Criança Alfabetizada, Alfabetiza Pará e Escola das Adolescência;

70Curso de capacitação incluindo democraticamente todos os professores da escola, iniciando pela utilização do laboratório de informática;

71. Em situação de luto a escola irá paralisar e determinará posterior o dia de reposição aos alunos;

72. Em conformidade com o que estabelece a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96**, em seu **Art. 24, inciso V, alínea “e”**, a **Escola Tancredo Neves** assegura aos alunos o direito à **recuperação paralela** e contínua, como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem. A escola garante que o processo de recuperação será planejado pelos professores, acompanhado pela coordenação pedagógica e devidamente registrado no sistema de avaliação escolar.

Portanto, reconhecer nossas responsabilidades como instituição de ensino é, preparar o cidadão para o mundo do trabalho e estudos posteriores, promover o bem estar geral da sociedade e dedicar-nos ao desenvolvimento da cultura. Nosso foco principal são nossos alunos, neles espelhamos os resultados de nossos esforços. A qualidade da educação oferecida deve ser nossa prioridade número um. Nosso corpo funcional é a origem, e através deste Projeto buscamos atingir as metas aqui propostas.

9. PROPOSTA DE RELAÇÕES HUMANAS E CONVIVÊNCIA: Respeito ao Luto na Comunidade Escolar

A Escola Tancredo Neves compreende que o ambiente escolar é, antes de tudo, um espaço de relações humanas, solidariedade e respeito. Diante de situações de falecimento de membros da comunidade escolar — sejam servidores ou educandos, a escola manifesta seu **respeito ao luto coletivo**, reconhecendo a importância do acolhimento emocional.

Quando o fato impactar significativamente a comunidade, a escola poderá **suspender temporariamente as atividades escolares** no dia do falecimento, permitindo que alunos, professores e servidores prestem suas homenagens e expressem seus sentimentos de forma respeitosa e solidária.

Essa **parada temporária** será **compensada posteriormente**, mediante a **reorganização do calendário escolar**, garantindo o cumprimento dos **200 dias letivos e das 800 horas anuais**, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96).

A proposta visa fortalecer a cultura do cuidado e do respeito mútuo, valorizando os vínculos afetivos que sustentam a convivência escolar e promovendo uma educação humanizada e sensível às realidades da vida.

10. FUNÇÕES E COMPOSIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Para uma melhor organização da escola, contamos com profissionais habilitados em suas funções, com o objetivo de contribuir e buscar um trabalho coletivo e cooperativo, bem como contamos com a colaboração e participação de instâncias colegiadas, para que possamos atingir uma prática educativa, eficiente e de qualidade.

10.1 DIREÇÃO ESCOLAR

Ao diretor cabe a responsabilidade máxima quanto à consecução eficaz da política educacional e desenvolvimento pleno dos objetivos educacionais organizados, dinamizando e coordenando todos os esforços nesse sentido e controlando todos os recursos para tal, considerando-se que para tanto se faz necessária à participação efetiva do Conselho Escolar, visto que a gestão educacional transpassa os limites do pedagógico e insere-se no aspecto financeiro e jurídico, conquanto todos são suporte para a execução do primeiro.

Ao Diretor compete elaborar os planos de trabalho, tanto no aspecto pedagógico como no administrativo, buscando sempre o trabalho consoante com as diretrizes emanadas da SEMED e, intermediando junto aos órgãos competentes, a realização de projetos propostos pela Equipe Pedagógica e pelo Conselho Escolar.

A função pedagógica do Diretor está pautada em práticas coletivas e individuais baseados em decisões tomadas e assumidas pelo coletivo, da direção exige-se liderança e vontade firme para coordenar, juntamente com toda equipe educacional da unidade de ensino.

10.2 SECRETARIA

A Secretaria é o setor responsável pela efetivação da matrícula do educando, coletando todos os seus dados e documentos necessários, fazendo todos os registros sobre o processo escolar do mesmo em pastas individualizadas, expedindo certificados, declarações, transferências, relatórios, estatísticas, escrituração, arquivamento e outros. É composta por Secretário (a) e Auxiliar de Secretaria, profissionais devidamente qualificados para o exercício da função, conhecendo a legislação que rege o registro de documentações.

Atribuições para o desempenho das funções: ética, responsabilidade, organização, competência, habilidade e contínuo aprendizado das leis, normas e instruções, comprometimento com o processo educacional, harmonia e qualidade no atendimento à comunidade escolar e na ausência da direção a Secretária assume a responsabilidade legal pela instituição.

10.3 APOIO OPERACIONAL

Setor encarregado da limpeza, merenda, conservação da escola, mantendo-a asseada e organizada, com apoio no convívio social no pátio durante o período do recreio, além de convidativa à frequência dos alunos. Por ser um setor com frequentes contatos com os educandos deverá ter uma postura equilibrada em suas atitudes e receptiva aos apelos do corpo discente.

Na perspectiva de administração colegiada, a Escola Municipal Tancredo Neves parte integrante da comunidade escolar é de fundamental importância que participem das decisões auxiliando e se comprometendo com os valores, tais como o respeito e a solidariedade a serem desenvolvidos na escola.

10.4 COORDENADOR PEDAGÓGICO

O Professor Pedagogo tem sua formação amparada na LDB, no Art. 64. Seu trabalho está pautado na prática pedagógica, dando ênfase na dimensão humana social da aprendizagem e organização da escola como ambiente educativo e tem a função de:

- ✓ Coordenar a elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico;

- ✓ Planejar e organizar espaços e tempos da Escola para projetos de: Recuperação de estudos;
- ✓ Organizar a hora atividade do professor para estudos, planejamentos e reflexão do processo de ensino e aprendizagem;
- ✓ Implementar a proposta curricular da Escola de acordo com as políticas pedagógicas;
- ✓ Implementar e lidar com a educação sócio emocional nas competências individuais que se manifestam na maneira como nos relacionamos conosco e com os outros;
- ✓ Participar da formação continuada dos professores;
- ✓ Acompanhar o desenvolvimento do aluno.

10.5 PROFESSORES

Os professores têm um papel determinante na formação de atitudes positivas ou negativas perante o estudo. Devem despertar a curiosidade, desenvolver a autonomia, estimular o rigor intelectual e criar as condições necessárias para o sucesso da educação formal e da educação permanente.

Para atingir a qualidade educativa é primordial, antes de tudo, melhorar a formação e as condições de trabalho dos professores, pois estes só poderão responder ao que deles se espera se possuírem os conhecimentos e as competências, as qualidades pessoais, as possibilidades profissionais e a motivação.

A grande força dos professores reside no exemplo que dão, manifestando sua curiosidade e sua abertura de espírito, e mostrando-se prontos a sujeitar as suas hipóteses à prova dos fatos e até reconhecer os próprios erros. Para ser eficaz terá de recorrer a competências pedagógicas, elaboração e execução de projetos, participação nas paradas pedagógicas, reuniões pedagógicas/administrativas, formações continuadas, e ações diversas que vislumbrem as qualidades humanas como a autoridade, empatia, paciência e humildade.

O bom educador é aquele que se recusa ao imobilismo e encara a educação como problematização. A prática educativa problematizada propõe aos homens a sua própria situação como um problema (um desafio) a ser encarado, visando a transformação pela conscientização e humanização.

11. CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didáticos e pedagógicos, com o objetivo de avaliar os componentes curriculares e refletir sobre a aprendizagem dos alunos e o processo de ensino. Favorecendo uma avaliação mais completa do estudante e do próprio trabalho docente, proporcionando um espaço de reflexão sobre o trabalho que está sendo realizado e possibilitando a tomada de decisões para um novo fazer pedagógico, favorecendo mudanças para estratégias mais adequadas à aprendizagem.

O Conselho de Classe, enquanto instrumento de avaliação, requer que os educandos estejam sendo constantemente observados pelos professores e demais especialistas que compõem os profissionais da instituição de ensino. Para os discentes especiais a elaboração do Plano Educacional Individualizado – PEI deverá ser bimestral e os relatórios deverão ser semestrais, elaborados e executados por seus respectivos professores.

Para isso, a avaliação deve ser cotidiana até o final do bimestre ou ano. Cada educando deve estar sendo percebido pelos professores que trabalham com ele. Ao observar, diagnosticar e registrar, saberes estão sendo extraídos sobre cada discente de forma a enquadrá-lo dentro de uma determinada categoria de desenvolvimento que define alvos a serem alcançados por todos, deve-se valorizar os educandos que estão em desenvolvimento de aprendizado o seu crescimento através de incentivo individual.

O conselho de classe acontece BIMESTRALMENTE, por turma com a presença da equipe pedagógica e administrativa, a fim de avaliar e auxiliar na resolução das dificuldades encontradas, traçando estratégias que auxiliem no desenvolvimento integral da criança.

12. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Município de Novo Progresso, quando ainda em colonização, implantou, por necessidade comunitária, a escola Tancredo Neves, no ano 1982. A primeira escola

desse município contava com um público variado atendendo apenas da 1ª à 4ª série multisseriadas e ficou conhecida como escola MEC/SEDUC, km 1085.

Com o aumento do número de alunos, devido à expansão local, a escola começou a atender turmas de 5ª à 8ª séries. Com a emancipação do município implantou-se o 2º grau, através do Sistema de Organização Modular do Ensino (SOME).

No ano 1986, a escola MEC/SEDUC passou a se chamar escola estadual Tancredo Neves, em homenagem ao presidente eleito que apesar de ter falecido antes de ser empossado por previsão legal, seu nome deve figurar em todas as galerias de presidentes do Brasil.

No ano de 1999 a escola, já municipalizada, passou a se chamar Escola de Ensino Fundamental Tancredo Neves. Em 2001 foi implantado o ensino médio regular, contando com uma média de 2000 alunos, sendo 710 do ensino médio e 1290 do ensino fundamental e 62 funcionários na época.

13. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

A instituição de ensino, para poder melhor dar conta de suas atividades educacionais, além de outros elementos indispensáveis, também necessita estar constantemente atenta aos dados intra e extra escolar em que o trabalho é desenvolvido. Estes dados fornecem informações que auxilia no entendimento e na resolução de muitos problemas enfrentados no cotidiano escolar e, desta forma, contribuindo para a concretização dos objetivos preconizados. Neste sentido, a Escola Tancredo Neves, busca manter um levantamento de dados que auxilia na caracterização do estabelecimento, da comunidade e do rendimento escolar.

14. AMBIENTES PEDAGÓGICOS DISPONÍVEIS

Sala de aula	16
Biblioteca	01
Laboratório de informática	01

Secretaria	01
Sala de reuniões	01
Sala da direção	01
Banheiro (direção)	01
Sala dos professores	01
Sala da coordenação	01
Sala da orientação	01
Refeitório	01
Banheiro (quadra fem)	01
Banheiro (quadra masc)	01
Banheiro adaptado funcionário	01
Banheiro alunos feminino	01
Banheiro adaptados alunos	01
Cozinha	01

15. QUADRO DOCENTE E APOIO OPERACIONAL

15.1 QUADRO DOCENTE

COMPONENTE CURRICULAR	PROFESSOR(A)	HABILITAÇÃO
Ed. Física	Ana Paula de Souza	Ed. Física
Líng. Port./ Mat./ Ciênc./ Hist/Geo. /Artes/ Ens. Relig.	Ângela Maria Lima dos Santos	Pedagogia Pós-graduação.
Hist/Geo/ E. Amazônicos/	Andrey Henrique F. dos Santos	Geografia
Artes/ Inglês/ E. Religioso.	Brena Soares Ferreria	Letras
Artes/ Ens.Relig./Ciênc.	Célia Zacchi Biallas	Ciências, Pedagogia Pós-Grad.

Matemática.	Célito de Jesus Siqueira	Matemática Pós-Grad.
Matemática.	Cesário Antônio Biallas	Matemática Pós-Grad.
Artes/ Ens. Relig.	Clarice Valentini Gonçalves	Pedagogia Mestre.
Artes	Denise Reis Faccin	Artes / Pós
Geog./ Est. Amaz.	Elaine Pinheiro Pavin	Pedagogia/Geogra. Pós-Graduação
Líng. Port./ Inglês.	Eliana M ^a da Silva Santos	Letras.
Líng. Port./ Mat./ Ciênc./ EHG. /Artes/Ens. Relig./ Educ. Física.	Eliane Pavin Santos	Pedagogia.
Geografia	Fernanda Bloemer	Geografia Pós-Graduação.
Matemática.	Idavila Wanuzza D. Sa.	Pedagogia Pós-Gra.
Hist./E. Amaz.	Jéssica dos Santos Gonçalves	História
Líng. Port./ Ciênc./ E.Relig.	Jacilene P. de Araújo	Magistério/Peda.
Líng. Port.	Joana Darque O. da Silva	Letras Pós-Grad.
Ciências.	José Wilde Rocha	Ciências Pós-Grad.
Líng. Port./Inglês	Jucélia dos Santos Serrão	Letras.
Matemática.	Kleby de Mello Mineiro	Matemática Pós
Educação Física.	Lilhane Nagai Scheebel Gomes	Educação Física.
Líng. Port.	Lindones Fedrigo	Letras Pós-Gra.
Líng. Port./ Mat./ Ciênc./ EHG. /Artes/ Ens. Relig.	Loídes Carneiro Jesus	Pedagogia Pós-Graduação.
Inglês.	Lucineia P. Guedes Sant.	Letras - Pós-Graduação.
Ciências.	Luzeny Moraes Borges	Pedagogia,Ciência Pós-graduação.
Hist./ Est. Amaz.	Marcilene de Sousa Costa	História Pós-graduação.
Hist./ Est. Amaz.	Marinete José Faustina Accordi	Pedagogia, História Pós-graduação.
Língua Portuguesa	Pedrina Almeida Novaes Vicente	Letras

Líng. Port./ Mat./ Ciênc./ Hist./Geo./Artes/E. Relig.	Rosinéia Pereira Lima	Pedagogia.
Matemática	Shirlene de Aquino Fontes	Matemática
Língua Portuguesa	Valdecy Paiva Silva	Letra
História	Weliton Tenório	História Pós-grad.

15.2 QUADRO APOIO OPERACIONAL

FUNÇÃO	TOTAL	FORMAÇÃO
Apoio/Serviços Gerais	2	Ensino Superior Completo
Apoio/Serviços Gerais	3	Ensino Médio Completo
Apoio/Serviços Gerais	5	Ensino Fundamental Completo
Apoio/Serviços Gerais	1	Ensino Fundamental incompleto
Vigilância	1	Ensino Fundamental incompleto
Vigilância	1	Ensino Médio Completo.
Auxiliar de Secretaria	1	Ensino Médio Completo.
Auxiliar de Secretaria	1	Assistencia Social
Cuidadora	2	Ensino Médioc ompleto
Cuidadora	3	Ensino Sup. Cursando
ATC	2	Ensino Médio Completo
ATC	1	Pedagoga

16. DIREITOS DA CRIANÇA/ADOLESCENTE/JOVEM

Crianças e adolescentes são pessoas em desenvolvimento, que têm os mesmos direitos que uma pessoa adulta e, além disso, têm alguns direitos especiais, por estarem em desenvolvimento físico, psicológico, moral e social, para que seus direitos fossem garantidos criou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Constituição Brasileira em seu artigo 227 também assegura a proteção integral da criança e do adolescente, para que tenhamos uma sociedade mais justa para todos.

Esses são alguns dos direitos que o estatuto garante, Direito de ter escola e educação, Direito à saúde e prevenção, Direito à Liberdade, respeito e dignidade, conceitos estes trabalhados durante todo o ano letivo nesta instituição, onde a criança aprende sobre seus direitos, deveres e sanções.

17. CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

A cidadania consiste no exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na Constituição de um país. A cidadania também pode ser definida como a condição do cidadão, indivíduo que vive de acordo com um conjunto de estatutos pertencentes a uma comunidade politicamente e socialmente articulada.

Os direitos humanos sendo uma categoria de direitos básicos assegurados a todo e qualquer ser humano, não importando a classe social, raça, nacionalidade, religião, cultura, profissão, gênero, orientação sexual ou qualquer outra variante possível que possa diferenciar os seres humanos.

A Declaração dos Direitos Humanos assegura em seus artigos:

Artigo 1. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo 3. Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4. Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Artigo 5. Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo 6. Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

Artigo 7. Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. Sendo este um tema gerador muito importante referente aos direitos e deveres, a serem trabalhados no decorrer do ano letivo.

Tendo em vista que cidadania e direitos humanos estão sempre presentes na vida cotidiana de cada pessoa, a Educação aborda em cada interação, seja da criança como adulto ou da criança com outras crianças, os direitos, deveres e obrigações, sendo extremamente necessário para o convívio social.

18. RELAÇÕES ÉTNICOS-RACIAIS: CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS; CULTURA E HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA.

A principal legislação relacionada é a Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas públicas e privadas do Brasil. Esta lei alterou a legislação anterior (Lei nº 10.639/2003), que já previa apenas o ensino de história e cultura afro-brasileira. O objetivo é valorizar a diversidade cultural, reconhecer a importância destes grupos na formação do país e combater o racismo e a discriminação.

Nossa cultura brasileira tem origem nas raízes africanas e indígenas. Quando citamos isso estamos nos referindo aos modos de ser, de viver, de organizar suas lutas e rituais, próprios dos negros e índios brasileiros. Sendo assim, mantém-se até os dias de hoje a influência na maneira de comer, vestir, dançar, cantar, entre outras pois quase todos nós comemos feijoada, cantamos e dançamos samba, e alguns frequentam academia de capoeira. E isto, sem dúvidas, é influência africana e indígena.

A nação brasileira foi construída através de contribuições de povos indígenas e africanos, por meio de seus trabalhos e criatividade.

A organização das sociedades indígenas e africanas é uma das formas primitivas de organização social, ou seja, uma das primeiras formas como o homem

organizou-se em grupos ou em tribos. No Brasil, muitas tribos ainda vivem da mesma maneira como viviam quando os portugueses aqui chegaram.

Nessa perspectiva, considerando o legado e a presença da população afro e indígena e de seus descendentes no Brasil, os profissionais da educação devem fazer abordagens positivas sempre na perspectiva de contribuir na formação do educando, para que eles saibam valorizar as diferenças das culturas e raças, incentivando o respeito à diversidade étnica que compõe o povo brasileiro. Essa abordagem é realizada através de histórias infantis, teatros, filmes, desenhos animados e de situações que surgem eventualmente no cotidiano.

19. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Educação ambiental é a área do ensino voltada para a conscientização dos indivíduos sobre os problemas ambientais e de como ajudar a combatê-los, a preservação do meio ambiente depende muito da atuação das gerações presentes e futuras, e o que estão dispostas a fazer para diminuir o impacto ambiental das suas ações. A escola tem o dever de conscientizar desde cedo sobre os cuidados com o meio ambiente em sala de aula, esta apresenta-se como uma importante ferramenta para o despertar de uma nova consciência.

Segundo a Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental institui a Política Nacional de Educação Ambiental,

Art 1º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - O desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos

ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II- A garantia de democratização das informações ambientais;

Através desde impacto houve a resolução da participação da unidade de ensino na Conferência Nacional do Meio Ambiente. Para debater a emergência climática junto ao desafio da transformação ecológica: como transitamos para um Brasil mais resiliente, e preocupados com a situação municipal menos vulnerável às mudanças climáticas e reduzimos as emissões de gases de efeito estufa, causadores do aquecimento global.

20. PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS

Definimos como Drogas substâncias que de forma boa ou má atuam no organismo dos indivíduos, algumas dessas substâncias provocam alterações no comportamento e acabam por fazer mal à saúde e podem até levar a morte, desta maneira a natureza do ser humano vem sendo agredida constantemente nos últimos anos, principalmente os jovens.

Este aumento do consumo de drogas nos leva à vários questionamentos como, o que fazer para amenizar este problema e como a escola poderá ajudar a comunidade em que está inserida.

De forma lúdica conscientizamos os educandos da educação infantil sobre a importância de se prevenir para ter uma boa saúde e também conscientizar e esclarecer a comunidade escolar através de informativos levando esclarecimentos sobre o assunto ao convívio familiar e social da criança.

Muitos deles não têm o sistema de apoio necessário em casa, pois vêm de famílias quebradas ou disfuncionais. Assim, a responsabilidade de orientá-los e ajudá-los a evitar hábitos autodestrutivos recai sobre seus professores, terapeutas e administradores escolares.

21. GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

O reconhecimento e a valorização dos sujeitos da diversidade, a promoção da igualdade de gênero e do respeito à diversidade sexual são imprescindíveis para de efetivar o direito à educação para todas as pessoas. A escola é um espaço privilegiado para a formação humana, deve abordar essas temáticas de diferentes formas nos componentes curriculares durante o ano letivo e a permanência destes educandos na escola, visando abordagens que devem priorizar os conhecimentos científicos e não em valores e crenças pessoais. Com vistas à transformação da realidade social de preconceito, discriminação e exclusão.

22. COMBATE À VIOLÊNCIA

A violência tem se agravado de diversas formas nos dias de hoje, nos deparamos com diversas evidências umas sutis outras mais graves, essas violências não é somente episódios com armas, mas também agressões físicas e casos de abuso, existem também as violências simbólicas que é o caso do bullying, os episódios de racismo entre outros.

Sabemos que a função da escola não é só se preocupar com o aprendizado dos educandos, vai muito além, ela prepara o discente para o convívio social, preocupados com essa situação esta instituição de ensino de educação infantil e fundamental trabalha o resgate e a conscientização dos valores éticos, morais e familiares de modo que a criança possa entender que deve tratar o outro com respeito, empatia ao próximo, prevalecendo honestidade, responsabilidade, tolerância e humildade. Conscientizando as crianças desde muito cedo sobre seus direitos e deveres e que toda ação seja ela positiva ou não tem uma consequência.

23. INCLUSÃO SOCIAL

O ambiente escolar deve ser um espaço democrático, preparado para receber todos os alunos, de diferentes classes sociais, etnias e portadoras de necessidades especiais. A educação infantil e fundamental represente o primeiro contato das crianças

com o universo social fora de seu ambiente familiar, fase de descobertas e aprendizagens.

Trabalhar a inclusão na educação é tarefa de grande importância, para que isso aconteça é necessário que toda a equipe e comunidade escolar estejam preparados para apoiar e oferecer o suporte necessário para o desenvolvimento pleno da criança, pois se faz necessário que a criança aprenda e se adapte a este novo ambiente, e as pessoas com quem passara a conviver diariamente.

24. SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

A Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como principal objetivo garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial, complementando e/ou suplementando a formação oferecida na sala regular.

O espaço é organizado de forma acessível e acolhedora, contando com materiais pedagógicos adaptados, jogos educativos, recursos tecnológicos assistivos e mobiliário adequado às necessidades dos alunos.

O trabalho é desenvolvido pelo professor do AEE, que elabora planos de atendimento individualizados, de acordo com as especificidades de cada estudante, promovendo o desenvolvimento de suas habilidades, autonomia e inclusão no ambiente escolar e social.

25. LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E CRENÇA

A liberdade tem um caráter histórico, porque depende do poder do homem sobre a natureza, a sociedade, e sobre si mesmo em cada momento histórico; o conteúdo da liberdade se amplia com a evolução da humanidade; fortalece-se, à medida que a atividade humana se alarga.

Sendo assim: Assegura – se no artigo 5º, inciso VI da Constituição Federal de 1988, a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre-exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias.

Com este objetivo a Lei 13.796/2019 acrescentou na lei 9.394/96 o artigo 7-A, prevendo a possibilidade de alteração das datas de provas e de aulas caso estejam marcadas em “dia de guarda religiosa” para o aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, assegurando, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do caput do art. 5º da Constituição Federal:

I – Prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa;

II – Trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino.

1º A prestação alternativa deverá observar os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência do aluno.

2º O cumprimento das formas de prestação alternativa de que trata este artigo substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência. 3º As instituições de ensino implementarão progressivamente, no prazo de 2 (dois) anos, as providências e adaptações necessárias à adequação

De seu funcionamento às medidas previstas neste artigo.

4º O disposto neste artigo não se aplica ao ensino militar a que se refere o art. 83 desta Lei.

A liberdade de consciência e crença é um direito de todos. Não se pode imaginar uma sociedade moderna que não acolha esse direito, sendo assim a escola é um espaço que deve respeitar à diversidade cultural religiosa do educando.

26. MARCOS REFERENCIAIS

O Projeto Político Pedagógico é uma conquista da escola, garantido na Lei 9394/96 e através dele e de suas sucessivas e necessárias atualizações, implantaremos ações que se articulem, construindo uma relação sólida e respeitosa

entre educando\educadores e comunidade\escola. Sua elaboração contou com a participação de todos os segmentos da educação sendo: Pais, funcionários administrativos, comunidade, professores, alunos, Conselho Escolar o que torna a escola mais democrática e com maior respaldo para exercer o seu papel em consonância com o Regimento Escolar.

Acredita-se que através do Projeto Político Pedagógico a escola conquiste sua “autonomia”, entendida com a capacidade de se autogovernar dentro de certos limites, definidos pelas legislações e pelos órgãos do sistema educacional, ajudando os diversos atores a estabelecer, com responsabilidade, os caminhos que a escola escolha para percorrer.

Precisa ficar claro que a autonomia não equivale à soberania, pois a escola, ao construir sua autonomia, não se toma independência das outras esferas administrativas com os quais mantêm relações (com seu trabalho). Por isso, é preciso entender, quanto mais a escola adquira autonomia e competência, mais responsabilidade ela assume diante da comunidade, assegurando um padrão para todos os seus educandos.

Assim este Projeto Pedagógico busca a construção da identidade da escola estabelecendo seu direcionamento e o comprometimento dos sujeitos da comunidade escolar e local em torno de uma visão comum e compartilhada de educação, orientando a tomada de decisão e garantindo a unidade da ação e o comprometimento de todos na ação pedagógica.

27. MARCO CONCEITUAL

Em nossa sociedade, as relações entre os homens, são desiguais, onde alguns detêm o poder e vivem do produto do trabalho de uma grande maioria que ficam à margem dessa sociedade. Sabendo que o homem não vive isoladamente, que precisa de outros para sobreviver, altera aquilo que é necessário à sua sobrevivência, transforma as velhas necessidades, cria novas necessidades às quais passam a ser fundamentais, produz ideias, elaboram conhecimentos, costumes, valores e se organizam. É nesse momento histórico por qual atravessamos que podemos e temos que criar possibilidades de uma **Sociedade democrática, justa e igualitária.**

Assim, queremos formar **educandos** críticos e criativos, motivados e interessados em adquirir conhecimentos, que a escola desenvolve e cria boas perspectivas quanto ao futuro promissor, buscando sua melhor integração e transformação da sociedade. O educando deve descobrir-se como construtor desse mundo do conhecimento e da cultura e sabendo que para isto nosso trabalho deve estar pautado em situações reais concretas e objetivas.

Queremos formar alunos para uma **sociedade** com menos desigualdades, com melhor distribuição de renda e resgate às diferenças culturais, mais crítica com relação às informações veiculadas pela mídia, com indivíduos educados e capazes de transformar a sociedade em si, e que esses indivíduos sejam reconhecidos como cidadãos revestidos de direitos, deveres e sanções.

A **educação** é uma prática social e, portanto, política que vai contribuir ou para a conservação e reprodução da sociedade e de seus conteúdos ideológicos, ou atuar no sentido de criticar e superar esses conteúdos e, conseqüentemente, agir na linha de resistência à dominação e de transformação da sociedade. Ela pode se constituir, então, em uma prática transformadora.

A função fundamental da educação é criar condições político-pedagógicas para o desenvolvimento do potencial de cada indivíduo e ajudá-lo a tornar-se um ser humano completo, em suas dimensões sociais, afetivas e intelectuais.

A educação liberta o homem do desconhecido, colocando-o como “dono da situação”, pois a partir do domínio do conhecimento o sujeito poderá progredir e lutar por sua autonomia. A educação deve ser entendida como um processo que se caracteriza por uma atividade mediadora no seio da prática social global. Para que exista a educação autêntica é preciso superar a relação vertical que eleva o educador acima do educando, e instaurar uma relação dialógica entre ambos. O diálogo supõe troca, não imposição.

Portanto, para a Escola Tancredo Neves, um dos principais papéis reservados à **educação** consistem, inicialmente, em dotar o indivíduo da capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento, fazendo com que cada um tome o seu destino nas mãos e contribua para o progresso da sociedade em que vive, baseando o desenvolvimento na participação responsável dos indivíduos e das comunidades. É a educação contribuindo para o desenvolvimento humano e, portanto, para a evolução

da sociedade. Não deve ser apenas uma reprodução, mas, principalmente, uma produção e uma adaptação do conhecimento e da cultura.

As **relações entre educadores (as) e educando (as)**, as formas de comunicação, os aspectos afetivos e emocionais, a dinâmica das manifestações na sala de aula fazem parte das condições organizativas do trabalho docente.

A interação entre educador-educando é um aspecto fundamental da organização da situação didática, tendo em vista alcançar os objetivos do processo de ensino: a transmissão e assimilação dos conhecimentos, hábitos e habilidades.

Deve ser um relacionamento de cumplicidade, interatividade e construção de uma parceria onde ninguém seja mais e nem menos que o outro na aquisição e assimilação dos conhecimentos.

Sendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental são as fases inicial da vida escolar do educando, acreditamos que ele é acessível e garante a **permanência** é responsabilidade de todos nós, para tanto deve:

Valorizar ainda mais a socialização, o contato pessoal e individual com trocas de experiências, proporcionar da melhor forma possível condições mínimas necessárias para o atendimento de educando com necessidades especiais, valorizar o ser humano em sua totalidade e buscar parcerias com grupos sociais existentes na comunidade em que a escola está inserida, para realização de projetos culturais, esportivos e sociais.

O **conhecimento** é uma atividade humana que busca explicitar as relações entre o homem e a natureza. O conhecimento pressupõe as concepções de homem, de mundo e das condições sociais que o geram, configurando as dinâmicas históricas que representam as necessidades do homem a cada momento, implicando necessariamente nova forma de ver a realidade.

O conhecimento científico é uma conquista relativamente recente da humanidade, onde todos têm direito ao acesso, ele é intencional e está sempre direcionado para alguma coisa.

O conhecimento não ocorre somente na individualidade, ele acontece no social gerando mudanças internas e externas no indivíduo e nas relações sociais, sem esquecer sua intencionalidade.

O que se espera do educando é que seja capaz de construir representações mentais das relações que definem o objeto. Essas representações, que o sujeito constrói, na medida em que correspondem efetivamente a relações constituintes do objeto, são os chamados conceitos, o saber objetivo, a ciência, a filosofia.

O que propomos é promover a socialização do saber por meio da apropriação do conhecimento produzido historicamente e socialmente, ou seja, pelo trabalho educativo produz-se intencionalmente nos alunos o que a sociedade produziu coletivamente no decorrer do tempo, a sua herança cultural: a ciência, as artes, a filosofia, as técnicas etc.

Valorizamos a educação formal, pois, é o domínio dos conteúdos, a formação de habilidades, hábitos e convicções – proporcionados pela escola – que permitirá o acesso do indivíduo à participação social enquanto um cidadão consciente, eficiente, responsável e autônomo.

A escola dos dias atuais precisa atender as demandas produtivas e de empregos, promover a inserção competente e crítica no mundo do trabalho, incluindo a preparação para o mundo tecnológico e da comunicação, para as complexas condições do exercício profissional no mercado de trabalho. A escola precisa tornar o cidadão capaz de interferir criticamente na realidade e não apenas integrá-lo ao mercado do trabalho.

O processo Ensino/Aprendizagem está fundamentado na relação de interação professor/aluno, onde o docente posiciona-se como mediador entre o conhecimento do senso comum e o conhecimento científico, em um processo contínuo na construção do conhecimento.

Nosso estabelecimento entende que um ensino de qualidade é aquele capaz de formar cidadãos que interfiram criticamente na realidade para transformá-la e não apenas para que se integrem no mercado de trabalho.

Queremos conscientizar nossos alunos sobre a importância de dar continuidade aos seus estudos e, com isso adquirirem uma qualidade de vida melhor e com mais expectativas quanto ao futuro.

Para nós Gestão Democrática, deve ser entendida como fenômeno educativo, que se firma como exercício participativo do processo decisório escolar, efetivando uma prática de democratização institucional, buscando estratégias viáveis à

concretização dos objetivos da comunidade escolar, passa a ter um natural efeito pedagógico sobre cada um dos integrantes da comunidade escolar.

Na gestão democrática, todos são chamados a pensar, avaliar e agir coletivamente, diante das necessidades apontadas pelas relações educativas, percorrendo um caminho que se estrutura com base no diagnóstico das dificuldades e necessidades e do conhecimento das possibilidades do contexto.

A escola que valoriza a prática da gestão democrática, com competência técnica, política e social supera as dificuldades do acesso, permanência dos educandos, bem como, promove aos educadores o incentivo e estímulo à formação continuada, refletindo assim o sucesso e qualidade no ensino e aprendizagem. Com o comprometimento da escola pública e a sociedade que se quer construir – solidária e inclusiva – tanto o conteúdo quanto a metodologia de trabalho precisam ser projetados, viabilizados e praticados. Para isto, faz-se necessário a reestruturação curricular incluindo, portanto, o fazer e o pensar cotidiano sobre os conteúdos trabalhados e sobre as atividades escolares.

A **avaliação** deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados obtidos durante o período letivo preponderarão sobre os da prova final. Queremos conscientizar nossos alunos sobre a importância de dar continuidade aos seus estudos e, com isso adquirirem uma qualidade de vida melhor e com mais expectativas quanto ao futuro.

Para que a avaliação cumpra sua finalidade educativa, deverá ser contínua, permanente e cumulativa.

A **recuperação** é um dos aspectos da aprendizagem no seu desenvolvimento contínuo, pela qual o aluno, com aproveitamento insuficiente, dispõe de condições que lhe possibilitem a apreensão de conteúdos básicos.

Este Estabelecimento de Ensino proporciona recuperação de estudos paralela, preferencialmente concomitante ao período letivo, assegurando as condições pedagógicas definidas no Artigo 1º da Deliberação nº 007/99 – CEE. A recuperação de estudos constituindo um conjunto integrado ao processo de ensino, além de se adequar às dificuldades dos alunos.

É a preocupação da escola pública com o atendimento à diversidade cultural existente que lhe garante ser reconhecida como instituição voltada, indistintamente para a inclusão de todos os sujeitos.

Entretanto, para que isso se efetive e ocorra a universalização do ensino, é imprescindível assegurar o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos.

Ao construir o PPP, devemos realmente nos preocupar com a descrição da realidade total da escola, sem ser um mero cumprimento de normas burocráticas, todos são atores principais desta construção, podendo contribuir efetivamente para as mudanças que almejamos no interior da escola, registrando as ações voltadas para a melhoria na qualidade do processo ensino/aprendizagem.

Quando há entrosamento entre todos interessados nesta mudança, o trabalho pedagógico gradativamente aparece, pois se cada um trabalhar separado, nada pode mudar no âmbito escolar.

O PPP é constituído com a finalidade de compreensão e formação humana, qualificando e disponibilizando recursos humanos e tecnológicos para auxiliar no desenvolvimento e formação completa do indivíduo.

28. MARCO LEGAL

O PPP – Projeto Político Pedagógico é um documento exigido por lei e considerado por profissionais da educação como a “alma” de uma escola, é um documento colaborativo e com função social, redigido com base na rotina escolar. Toda instituição de ensino brasileira deve desenvolver um PPP, o qual deve ser acessível a toda comunidade escolar. Nele, estarão definidos: proposta curricular; objetivos da instituição de ensino; metas a curto, médio e longo prazo; diretrizes para formação continuada do corpo docente; e práticas de gestão administrativa.

Nesse sentido, O Projeto Político-Pedagógico é um mecanismo eficiente e capaz de proporcionar a escola condições de se planejar, buscar meios, e reunir pessoas e recursos para a efetivação desse projeto. Por isso é necessário a envolvimento das pessoas na sua construção e execução.

É através dos princípios democráticos apontados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 que podemos encontrar o aporte legal da escola

na elaboração da sua proposta pedagógica. De acordo com os artigos 12, 13 e 14 da LDB, a escola tem autonomia para elaborar e executar sua proposta pedagógica, porém, deve contar com a participação dos profissionais da educação e dos conselhos ou equivalentes na sua elaboração.

E após a aprovação da BNCC, todas as instituições de ensino no país terão de revisar seus projetos a fim de garantir que estejam alinhados às competências, conhecimentos e habilidades estabelecidas pela Base.

O Projeto Político Pedagógico como um documento escolar, é uma ação interativa e colaborativa, na qual seu desenvolvimento e construção deve ser o coletivo em uma unidade educacional, pois a ampliação deste projeto se dá de uma atitude democrática e progressiva, ou seja, nesta iniciativa se tem a participação da equipe gestora, professores, alunos, técnicos administrativos, vigilantes, cozinheiras e a comunidade escolar.

Nessas condições, os termos da nomenclatura do Projeto Político Pedagógico podem ser distribuídos de maneira que visa o amadurecimento coletivo nas ações pedagógicas, pois parte de um entendimento de que este PPP descreva os anseios e conquistas de uma unidade escolar, e que proporcione um avanço nas atitudes escolares com perspectivas de se entender o local em que está inserida a escola e o aluno. Sendo assim, um projeto que beneficia no ensino e aprendizagem, um sentido humanitário e cidadão, com suas particularidades e subjetividades alcançadas e que todos possam desempenhar seu papel escolar na formação de cada aluno, que é a principal preocupação para a construção e prática do Projeto Político Pedagógico.

Quando se planeja o Projeto Político Pedagógico tem-se a intenção de colocar em prática, toda uma proposta construída no coletivo da escola. Significa lançar um ideário para diante, como o próprio sentido etimológico da palavra projeto, o termo *projectu*, que tem sua origem no latim. É presumir um futuro com atitudes diferenciadas do que há no presente em nossos espaços escolares. O projeto busca uma direção, um rumo. Tem-se uma intencionalidade, um compromisso com a coletividade. Por isso que todo Projeto Pedagógico escolar é também um projeto político, pois está articulada com o compromisso da formação do cidadão para atuar em sociedade. E ainda, esta dimensão do politizado se cumpre quando se articula com as especificidades do pedagógico.

Na dimensão pedagógica, segundo as palavras de Veiga:

Reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (VEIGA, 1995).

É a própria organização do trabalho pedagógico escolar como um todo, em suas especificidades, níveis e modalidades, ou seja, é o planejamento do que queremos fazer e realizar na escola. O Projeto Político Pedagógico por outro lado, propicia uma constante vivência com a democratização para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania. Pode até parecer complexo, mas estabelece uma relação recíproca entre a dimensão política e a dimensão pedagógica da escola.

Diante disto, com o processo de reelaboração do Projeto Político Pedagógico nas escolas, não se é visado simplesmente um apanhado de escritas no documento, mas a boa qualidade em todo o processo vivido na atualidade.

Não se deve ter um olhar para o Projeto político Pedagógico como se fosse somente um documento cheio de agrupamentos de planos de ensino e de atividades diversas, pois não foi construído para ser arquivado ou como prova de tarefa burocrática para ser encaminhadas às autoridades educacionais nos municípios dos Estados brasileiros. Nem tão pouco internalizar que a função da construção do Projeto Político Pedagógico é exclusividade dos pedagogos nas atuações de diretores escolares ou coordenadores, mas também, na docência com o papel de proporcionar a politização dos alunos como modo de aprendizagem crítica e reflexiva na participação das tomadas de decisão juntamente com os pais, técnicos escolares (secretários escolares, vigias, cozinheiras, auxiliares de disciplinas) e a comunidade.

Segundo Veiga (1995) há distinção clara entre os fins e os meios essenciais para a construção do Projeto Político Pedagógico, pois,

O Projeto Político Pedagógico, ao mesmo tempo em que exige dos educadores, funcionários, alunos e pais a definição clara do tipo de escola que intentam, **requer a definição de fins**. Assim, todos deverão definir o tipo da sociedade e o tipo de cidadão que pretendem formar. As ações específicas para a obtenção desses fins são meios. (1995, p. 17). (grifos nossos).

Se todos participam da tomada de decisões, deve-se ter claro e estabelecer as regras sobre como se dará os caminhos para essa participação, como também, em que cada segmento escolar poderá contribuir. Isso deve ocorrer desde a iniciativa da construção coletiva do projeto até em sua avaliação, perpassando, quando necessário, por reajustes e replanejamento.

Segundo Padilha (2001, p. 74), sobre a atuação dos sujeitos na elaboração do Projeto Político Pedagógico, ele sustenta a contribuição da seguinte maneira,

A participação [...] pode dar-se na programação de atividades, na coordenação de eventos intra e extraescolares e no estudo da realidade. Eles devem vincular-se principalmente aos diversos colegiados existentes na escola, com o que estarão até mesmo consolidando **a prática participativa**. (2001, p. 74). (grifos nossos).

O papel de cada segmento na prática do planejamento escolar deve ser garantido pelas articulações cabíveis da motivação da equipe gestora e professores, pois o diretor nesta participação, atua e ao mesmo tempo em que dirige a escola, deve se otimizar as relações humanas da contribuição. Ou seja, preocupar-se também com a gestão da participação.

O Direito à participação do aluno deve ser garantido, pois eles devem ser ouvidos em todos os assuntos que lhes dizem respeito.

A equipe gestora, entendida aqui por diretores e coordenadores, é responsável por atrair os segmentos escolares para desenvolver um trabalho coletivo que resulte numa motivação para a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem nos espaços de trabalho desenvolvido na escola. Significa dizer que, a direção necessita de estratégias a fim de prover condições favoráveis na elaboração do PPP, contando com diversas atividades de planejamento.

E por último dos professores, que em potencial são articuladores e estão comprometidos com as definições do currículo, de curso, de ensino, e de aula. Eles devem estar integrados com a elaboração do Projeto Político Pedagógico, pois estabelece uma conexão com os demais segmentos escolares, o que facilitará seu trabalho e dará maior ânimo ao exercício de sua atividade profissional e pedagógica.

Diante de todo esse desdobramento sobre o Projeto Político Pedagógico e suas implicações para a melhoria da educação, cabe à concentração nos seus princípios e objetivos, pois o planejamento deve levar em conta, o que está proposto no projeto e

exige a definição da participação de todos nesse trabalho. Sendo assim, visa garantir a efetiva participação dos vários atores envolvidos nos segmentos escolares na construção do PPP e na elaboração de seus planos.

Vale ressaltar que, a escola deve ter uma compreensão crítica de que o aluno é o centro dessas atitudes. No PPP, eles recebem uma atenção maior, pois neste documento norteará a função social da escola. Na ocasião da construção coletiva do PPP, eles contribuem para o processo da participação ao mesmo tempo em que é um dos principais motivos para tal concretização, portanto, suscetíveis a mudanças necessárias durante sua formação.

Nas leituras realizadas sobre a participação da construção coletiva do PPP, nos norteamentos dos objetivos do documento, segundo Padilha (2001, p. 76), nos orientam com a explicação de que,

O projeto deve proporcionar a melhoria da organização administrativa, pedagógica e financeira da escola e também a modificação da coordenação dos serviços, sua própria estrutura formal e o estabelecimento de novas relações pessoais, interpessoais e institucionais. (PADILHA, 2001).

O Projeto Político Pedagógico deve ser reelaborado com propostas de ações de médio e longo prazo. Cada escola tem sua autonomia para programar e colocar em prática, assim que se iniciar o processo de planejamento. Podem-se definir suas prioridades e condições reais para nortear suas possibilidades em curto prazo, partindo do entendimento de que, logo que possível, as ações devem ter vistas á sua implantação.

Enfim, nesse sentido alicerça a autonomia escolar. Não podemos ser dependentes das secretarias educacionais, ou outros meios que definem a política pedagógica para a execução das tarefas coletivas, pois a responsabilidade é de todos. E ainda, é desta forma que desenvolvemos nos sujeitos inseridos em comunidade ou no âmbito escolar, a identidade da participação nas tomadas de decisão e na cultura da organização escolar.

29. MARCO SITUACIONAL:

A escola Tancredo Neves está localizado na zona urbana. O nível de formação educacional das famílias, em média, é do Ensino Fundamental Incompleto. A participação da mesma na escola ainda é um processo em construção no qual a escola vem desenvolvendo estratégias com intuito de alcançar metas, através de convocações, encontro de pais e mestres, avaliação institucional, datas comemorativas.

Temos hoje, um grande número de alunos carentes (emocionalmente e financeiramente). Estes, por sua vez tem acesso a televisão e a internet em fibra ótica em sua casa, que é considerado um dos meios de comunicação mais atraente, que deixa de ser trabalhado na escola onde a mesma possui uma sala de informática, porém os próprios educandos não fazem uso, devido a perca de alguns acessório para o bom funcionamento e este poderia contribuir nos trabalhos educativos associados a temas transversais: Ética, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Saúde.

Temos uma escola que transmite conhecimentos, desenvolvendo a socialização, a valorização pessoal de cada educando, concomitantemente com os conhecimentos sistematizados, garantindo assim o acesso à educação, porém, a escola que necessita de um processo de revitalização da infraestrutura e pintura do prédio.

Uma escola onde a comunidade em que está inserida vem depositando confiança, credibilidade, respeito e seriedade no que diz respeito ao processo de ensino aprendizagem e na construção de valores aos educandos.

Preocuparmo-nos muito com o relacionamento existente entre a comunidade escolar, são laços afetivos e de trabalho. Para nós, o diálogo aberto e franco é o ponto principal, desta forma podemos estar atentos às necessidades reais dos educandos e seus familiares.

Esses dados reforçam a necessidade de uma prática pedagógica que dê oportunidade para esses educandos não só retornarem com segurança aos estudos, mas sim concluírem com qualidade esse processo. E para que isso aconteça essa prática deve estar pautada na valorização do conhecimento adquirido por esses educandos durante o processo de isolamento do COVID 19, (ponto de partida), e a partir daí organizá-lo de maneira que interaja com o saber científico e possa ser apropriado pelos mesmos (ponto de chegada).

Quanto à Formação dos nossos educadores, todos possuem formação na sua área de atuação, e veem buscando melhorar suas práticas básicas adequadas para a função que exercem, e estão se especializando. Participam de cursos, e formação continuada para melhor desempenhar seu papel de educador.

Os professores estão preocupados com melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem, não medem esforços para desenvolver atividades e projetos que possam auxiliar os alunos e estão abertos a iniciativas que contribuam para a melhoria do ambiente escolar.

O processo educativo comprometido com a mudança social, busca garantir a formação e identidade do cidadão, requer um educador que assegure a inter-relação contínua do educando com o sistema de ensino, propondo coletivamente as ações de intervenção quando necessárias, acompanhando e avaliando sistematicamente o trabalho a ser realizado.

Em relação a **Avaliação**, eixo do processo de trabalho são discutidos os critérios, e os instrumentos avaliativos, salientando e ressaltando a sua importância no ensino-aprendizagem, destacando que deve ser democrática, favorecendo o desenvolvimento do aluno. Para que este aproprie-se de conhecimentos científicos, sociais e tecnológicos produzidos historicamente resultando em uma avaliação diagnóstica contínua.

30. O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO

Ao aluno com baixo rendimento escolar diagnosticado durante cada bimestre letivo serão oferecidos estudos de recuperação paralela, sem limite de componente curricular.

Os estudos de recuperação paralela constituir-se-ão de orientação contínua de estudos, com criação de novas e diversificadas situações de aprendizagem, programadas em função do diagnóstico de dificuldades no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, mediante:

- Atuação permanente do professor em sala de aula e/ou pelo desencadeamento de ações pedagógicas suplementares para turmas com dificuldades comuns ou individualmente;

- Ação conjugada de vários professores e da equipe técnico-pedagógica, no enfrentamento de problemas no(s) componente(s) curricular(s) considerados;
- A identificação dos conteúdos programáticos em que o aluno esteja apresentando dificuldades de aprendizagem;
- A caracterização das dificuldades apresentadas pelo aluno e suas possíveis causas (acompanhamento psicopedagógico);
- A seleção de metodologias e recursos didáticos para o desenvolvimento desses estudos de recuperação;

Os estudos de recuperação desenvolver-se-ão na seguinte conformidade:

- de modo contínuo, realizados sistematicamente, na própria sala de aula, pelo professor do componente curricular considerado;
- de modo paralelo, desenvolvido ao longo do bimestre letivo considerado, sob a responsabilidade do professor do componente curricular pertinente ou de outros professores indicados pela coordenação pedagógica.

Os estudos de recuperação, de acordo com a(s) dificuldade(s) de aprendizagem do aluno, desenvolver-se-ão da seguinte forma:

- Com frequência obrigatória do aluno em horários diversos das atividades normais de sua classe;
- Com trabalhos dirigidos sob a responsabilidade do professor em conjunto com a equipe pedagógica.

Ao final do ano letivo, se persistir o baixo rendimento escolar serão oferecidas atividades escolares com caráter final e cumulativo (exame final). São estes os princípios que norteiam o processo pedagógico:

- Nenhum aluno está promovido ou retido antes que conclua o processo pedagógico até o final, analisado pelo Conselho de Classe;
- Os alunos têm direito a participar do processo de recuperação em todos os componentes curriculares;
- Cabe ao Conselho de Classe ratificar a retenção, sinalizar a promoção e a recuperação;
- Só estará aprovado o aluno que obtiver a nota 5,0 em todos os componentes curriculares nos quatro bimestres.

O Professor Pedagogo tem seu trabalho pautado na prática pedagógica, dando ênfase na dimensão humana social da aprendizagem e a organização da escola como ambiente educativo. Todas as ações desenvolvidas são em parceria com educadores e familiares, e atualmente com a equipe Busca Ativa da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Tutelar Municipal.

O trabalho desenvolvido no setor administrativo está voltado a uma melhor organização do ambiente escolar sempre buscando qualidade e melhor atendimento aos educandos e pais, estando a nossa escola carente de mais profissionais como: assistente social, professor de educação física, informática, psicopedagogo, professor de recreação, tendo em vista o número crescente de alunos.

31. MARCO OPERACIONAL

A escola deve ser lugar de apropriação crítica, criativa e sistematizada, lugar de questionamento do saber instituído e de produção criativa de conhecimentos novos, vinculados às necessidades populares.

Portanto, temos como meta desenvolver um trabalho através do diálogo, um trabalho coletivo, onde juntos, os educadores, desenvolverão suas práticas tendo como partida, os mesmos objetivos, trabalhando em prol dos educandos (uma formação construtiva) e pela escola.

Na busca de ações positivas e qualitativas do âmbito escolar, procuramos desenvolver nossa prática através de projetos e ações coletivas.

As reuniões são realizadas sempre que necessárias para melhorar e implementar novas perspectivas sobre as ações pedagógicas, sociais e metodológicas da escola.

Busca-se desenvolver atividades culturais, pois assim, conseguimos transformar o cotidiano dos alunos em algo mais atrativo e motivador.

Sempre que possível divulgamos na mídia as ações que ocorrem dentro da escola, desta forma estimulamos nossos educandos a produzirem atividades que levam para fora dos muros a grandeza dos trabalhos produzidos pelos mesmos.

São realizadas reuniões periódicas com o Conselho Escolar para tratar de assuntos pertinentes às suas atribuições, com participação de todos seus membros.

Temos como objetivo a realização de encontros bimestrais com professores, e organizados pela Gestão Escolar, de acordo com o Calendário, onde são estudadas questões relativas ao processo Ensino/Aprendizagem.

Realização de um planejamento flexível, buscando diagnosticar e atuar para uma melhor formação do educando.

A formação continuada para professores é realizada pela Secretaria Municipal de Educação e pela Gestão democrática, acontecendo no início de cada semestre as semanas pedagógicas ou conforme necessidade, sempre buscando a realidade vivenciada em sala de aula e nas práticas docentes.

Propomos trabalhar a realidade do educando e na busca do aperfeiçoamento da mesmo, desenvolvendo ações práticas através do trabalho em grupo, pesquisa de campo, palestras, utilizar a informática e recursos audiovisuais, incentivar a pesquisa, oportunizar e possibilitar a participação dos mesmos nos projetos oferecidos pela SEMED, bem como despertá-los e encorajá-los à participação ativa nos projetos desenvolvidos na escola.

32. PROPOSTAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar ocorre quando o aluno, resolve deixar de frequentar as aulas do anoletivo, no Brasil essa é uma realidade constante. Já na modalidade de Educação Infantil não é muito comum a evasão, pois na infância, os pais encaminham os filhos à escola. Promover a busca ativa e combate à evasão escolar dos alunos desta instituição de ensino. A equipe juntamente com os professores, deverá acompanhar a frequência dos educandos. Nos casos necessários, a equipe pedagógica deverá fazer o primeiro contato com os responsáveis e fazer a sensibilização dos mesmos referente a importância da permanência do discente na escola. Primeiramente via telefone, depois pessoalmente caso necessário. Nos casos em que não surtir o efeito esperado, deverá ser utilizado as ferramentas/documentos, registros e anotações, que integram este processo – Referência e contra referência - e encaminhar as autoridades competentes – Conselho Tutelar.

33. PROPOSTA DE TRANSIÇÃO

Considerando o termo transição, que é a passagem que comporta uma transformação progressiva e a evolução, vemos que ela acontece em todos os momentos da vida, não sendo exclusividade da escola, sendo assim uma condição necessária para o desenvolvimento da criança, pois traz novas fases que a desafia a ampliar os horizontes, a empreender novas habilidades e competências no percurso da vida.

34. INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS

Nesta instituição de ensino possuímos sala disponível para o atendimento educacional especializado (AEE). Porém quando encontradas dificuldades se faz o planejamento de ações e intervenções pedagógicas para suprir as necessidades encontradas com o aluno, tendo em vista realidade escolar. Flexibilizando atividades para levar a criança a alcançar os objetivos propostos.

35. ESTUDOS DE CASO

O estudo de caso é um método de pesquisa amplo sobre um aluno específico, permitindo conhecer mais profundamente as necessidades educacionais deste, para assim oferecer atendimento direcionado com profissionais que podem ser na área da saúde ou educacional para garantir aprendizagem e o desenvolvimento do aluno.

Este se dá através do preenchimento com os profissionais da instituição de uma ficha de encaminhamento sobre as dificuldades enfrentadas, após será discutido individualmente com equipe multidisciplinar, onde se houver necessidade será encaminhada para os profissionais acima citados bem como podem ser traçados estratégias pedagógicas para auxiliar este aluno.

36. AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico é o documento principal para a Estruturação do trabalho pedagógico e administrativo da escola, é nele que nós apoiamos, discutimos mudanças e traçamos metas atingíveis.

Sua avaliação é contínua e deverá ser realizada com a comunidade escolar, pois sempre que for necessário temos a oportunidade de implementar ou realizar ações que são de suma importância para o desenvolvimento dos trabalhos escolares e das concepções nele existentes e que acreditamos.

Todos os funcionários, equipe gestora, Conselho escolar e membros da comunidade que estão direta e indiretamente ligados à instituição escolar, estão comprometidos a realizar durante o ano letivo de 2023, leituras e discussão do Projeto Político Pedagógico, para implementação e aprimorar projetos que já são desenvolvidos na escola, e outros novos projetos que acharem necessários desenvolver para ajudar no processo de socialização entre alunos/alunos, professores/alunos, pais/professores/alunos e família/escola/comunidade, visando melhor qualidade no processo ensino/aprendizagem.

Entendemos o processo de avaliação como uma oportunidade de aprendizado e evolução, e partindo desses pressupostos o acompanhamento sistemático das ações propostas pela Escola Tancredo Neves, é de fundamental importância para nosso sucesso.

37. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação Institucional é entendida como um processo da Instituição escolar em sua totalidade, favorecendo assim seu auto-conhecimento na gestão democrática, projeto político pedagógico, identidade, missão e objetivos da escola para a melhoria do ensino em todos os aspectos. Oportunizando a escola como espaço de produção e socialização do conhecimento e das relações.

Conforme diz (LIBANEO 2004 p.235) A avaliação diz respeito a um conjunto de ações voltadas para o estudo sistemático de um fenômeno, uma situação, um processo, um evento, uma pessoa tentando emitir um juízo de valor.

Neste aspecto, a avaliação propõe a coleta de informações, tendo diversos e diferentes meios de verificação dos aspectos avaliados para, com base nos juízos de valor, tomar decisões.

Também é entendido como um processo contínuo de aperfeiçoamento e melhorias que devem ser utilizadas para proporcionar um diagnóstico crítico do desempenho como instituição de ensino e como membro ativo da sociedade democrática. Segundo (GADOTTI) não se constitui numa prática constante. Ela é algo a ser instituído num instante onde não existe cultura de avaliação.

A avaliação deve servir como ferramenta de gestão para direcionar as práticas educativas na escola, buscando reflexões sobre a efetiva consolidação da identidade da escola.

A escola que passa por um processo avaliativo sério e participativo descobre sua identidade e acompanha sua dinâmica. Muita coisa aprende-se com esse processo. Mas o que fica de importante é a vivência de uma caminhada reflexiva, democrática e formativa.

Todos crescem. Os dados coletados mudam, mas a vivência marca a vida das pessoas e renova esperanças e compromissos com um trabalho qualitativo e satisfatório para a comunidade escolar e para a sociedade. A avaliação institucional é, portanto, um processo complexo e não há, pronto para o consumo, um modelo ideal e único para as escolas, ela precisa ser construída. É o desafio de uma longa caminhada possível e necessária. (FERNANDES, 2002 p. 140)

38. REFERÊNCIAS

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental>.

ANDERY, M.A. **Olhar para a História: Caminho Para a Compreensão da Ciência Hoje**. São Paulo: Educação 1988;

Aprende Brasil, A revista da sua Escola. Ano 1- nº 2 novembro de 2004. editora Positivo. **A Educação e o Multiculturalismo na Era dos Bits e Bytes**. Coordenação de apoio à direção e equipe pedagógica - CADEP.

AZEVEDO, José Clovis de. **Escola Cidadã Aprendizagem para todos**. In: Revista Paixão de aprender 10. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação, 1997.

BOFF, Leonardo, Cidadania, com - cidadania e cidadania terrenal. In: **depois de 500 anos: que Brasil queremos?/** Leonardo Boff. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p.51 a 84.

CANDAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova didática** Petrópolis: Vozes, 1991

DELORS, Jacques. **Educação: Um tesouro a descobrir** – Relatório para

Unesco da Comissão Internacional sobre educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**, 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FREIRE, Paulo. **Conscientização** São Paulo: Paz e Terra, 1979.

GADOTTI, Moacir e Romão, José E. **Autonomia da Escola: Princípios e Propostas**. 3º ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

Gestão em Rede. Outubro 2004-nº 57. Consed - Conselho Nacional de Secretários de Educação.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática** São Paulo: Cortez, 1991.

MACHADO, Cristina Gomes. **Multiculturalismo: Muito Além da Riqueza e da Diferença**. Rio de Janeiro. RJ.DP&A, 2002.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

PINO, Angel. **Escola e Cidadania: Apropriação do Conhecimento e exercício da cidadania**

SEVERINO, A. **Sociedade Civil e Educação**. Campinas, SP: Papirus: Cedes: São Paulo: Ande: Anped, 1992, p. 15-20.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia da Educação. Construindo a Cidadania** São Paulo: FTD, 1994.

SILVA, Luiz Heron da (organizador). **Século XXI: Qual conhecimento? Qual currículo?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e Prática da Libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez, 2001.

PARO, Vitor Henrique. (Orgs.). **Gestão Escolar Democrática: a perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de ensino de Goiânia**. 1. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

_____. (Orgs.). **Políticas públicas e educação básica**. 1. ed. São Paulo: Editora Xamã, 2001.

_____ **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

_____ **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

VEIGA, Ilma P.A. (Orgs). **Projeto Político Pedagógico da escola: Uma construção possível**. Campinas/SP: Papirus, 1995.

_____ e CARVALHO, M. Helena S.O. A formação de profissionais da educação. In: MEC. **Subsídios para uma proposta de educação integral à criança em sua dimensão pedagógica**. Brasília, 1994.

VIEIRA, Sofia Lerche; DAVIS, C. **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____ e MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de. **Gestão escolar democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

ANEXOS

40. PROJETOS DESENVOLVIDOS

- Projeto da Páscoa; Celebrando a Páscoa com Amor e Solidariedade para o Ensino do 4º ao 9º Ano;
- Projeto Todos Contra a Dengues;
- Projeto da Água;
- Projeto Família e Comunidade na Escola;
- Projeto de Ensino “Café do Dia das Mães”;
- Projeto Alimentação Saudável e Incentivo a Prática de Atividade Física;
- Projeto Oficina de Jogos e Recursos Pedagógicos;
- Projeto Despertar para um Futuro;
- Projeto Vivendo Valores na Escola;
- Projeto Noite Cultural: Celebração das Culturas;
- Projeto Vivenciado o Bullying na Escola;
- Projeto Consciência Negra;
- Projeto a Importância das Palavras e da Leitura baseado no livro O Menino que Descobriu as Palavras;
- Projeto Festa Junina;
- Projeto do Dia das Crianças;
- Projeto Plano Educacional Individualizado;
- Projeto Pequenos Cientistas;
- Projeto de Incentivo a Leitura: Sacola Literária;
- Projeto de leitura e Contação de História;
- Projeto Leitura e Sustentabilidade: Uma parceria perfeita;
- Projeto Leitores Destaques;
- Projeto Feira de Ciências Interdisciplinar;
- Projeto Ciências em Movimento: Da Vida a Matéria, da terra ao universo.

41. ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS



ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL TANCREDO NEVES
 GESTORA: MARIA DO SOCORRO DE OLIVEIRA RECHIA
 VICE-GESTORA: DAILZA DO CARMO SILVEIRO DA COSTA
 SECRETÁRIA: FRANCISCA PAULA DE OLIVEIRA
 COORDENADOR (AS): FRANCILENE OLIVEIRA DIANNY SABRINE CAVALHEIRO E MANOEL CARLOS COHEN

LISTA DE FREQUENCIA DOS FUNCIONÁRIOS QUE PARTICIPARAM DA REUNIÃO

08 DE OUTUBRO DE 2025 AS 17h 45 min

Nº	ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO
01	Francisca Paula de Oliveira
02	Simone dos S. Gonçalves
03	Quênia Fedeço
04	Celso de Jesus Siqueira
05	Brena Soares Ferreira
06	Moisés Junior Tóles de Souza
07	Fabio Nogueira de Silva
08	Thalita Zolpa de Souza
09	Georgina Almeida Novais e Licente
10	Marcilene Costa
11	Marinete Jose F. Accoradi
12	Edineia grisa Bitencourt
13	Angela M. L. dos Santos
14	Sabrina S. Oliveira
15	Carmen Santiago Paiva
16	Francine Oliveira
17	Eliane Soares Leite Costa
18	Mª do Socorro de Oliveira Rechia
19	Núbia R. de Ipoari Koeppe

RUA DA PAZ, 146- JARDIM PLANALTO- CEP: 68193-000/ NOVO PROGRESSO- PARÁ.

Nº	ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO
20	Thainã Silva Barreto
21	Everton P. Santos
22	Jean-Paulini Silva Soares
23	Adna Rafaela Santa do Silva
24	Ducilia Silva Costa
25	Manoel Carlos Cohen da Mota
26	Edilene Nascimento de Barros
27	Waldiene de Souza Santos
28	Eliane M ^{te} de Silva
29	Lucelia dos Santos Jervás
30	Leina Luzia S. Oliveira
31	André Henrique P. dos Santos
32	Donieff Sousa do Silva
33	Francisca Aparecida M. Fervuira
34	Kátia do Socorro Gomes de Sousa
35	Aurilia Silva Pereira
36	Dalva Avelar Magalhães
37	Elizangela Nogueira da Mota
38	Angélica Costa da Silva
39	Gilmara Farias de Araújo
40	Daila do Carmo Teixeira da Costa
41	Thaís Wanuza Dias dos Santos

RUA DA PAZ, 146- JARDIM PLANALTO- CEP: 68193-000/ NOVO PROGRESSO- PARÁ.

Nº	ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO
42	Oélia Zorzi Babos.
43	maiane de souza goncalves
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	

RUA DA PAZ, 146- JARDIM PLANALTO- CEP: 68193-000/ NOVO PROGRESSO- PARÁ.